

Banco Central discute dívida externa

As diversas fórmulas para a redução da dívida externa brasileira e do volume de pagamento dos juros remetidos para o exterior, foram os principais temas da reunião conjunta, ontem, das comissões de Finanças e das Relações Exteriores, com a participação do presidente do Banco Central, Elmo Camões, do diretor da área externa do Banco Central, Arnim Lore, e do secretário da área internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral. A reunião foi presidida pelo deputado Bernardes Cabral (PMDB-AM), com a participação do presidente da Comissão de Finanças, Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Para o presidente do Banco Central, Elmo Camões, a questão da dívida externa é, sem dúvida, uma das causas de nossa crise econômica interna, e a renegociação tradicional implementada a partir de 1982, não tem sido suficiente para dar uma solução definitiva a esse problema. "Cada vez mais", — acentuou Camões — "os governos e a comunidade financeira internacional se convencem da necessidade da busca de novas alternativas".

Após analisar as diversas crises internacionais desde o choque do petróleo, Elmo Camões afirmou que "a dívida externa, que representava 15% do PIB em 1973, passou a 29% em 1988, enquanto que a participação do setor público nessa dívida pulou de 50% em 1973 para aproximadamente 80% em 1988, dos quais 50% estão depositados no Banco Central, razão porque o encargo da renegociação da dívida recai junto ao Tesouro Nacional, constituindo-se, em despesa da União".

Já o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, fez um amplo relato das formas de negociação da dívida externa nos últimos anos, mostrando a evolução dos conceitos junto ao mercado internacional, ponderando que após pagar "spreads" (taxa de risco) de mais de dois por cento, hoje o Brasil paga menos de um por cento, o que seria inconcebível nas renegociações anteriores.

Sérgio Amaral enfatizou que o Brasil não pode continuar transferindo capital para o exterior como faz hoje, sendo que em 1988 pagou de juros cerca de US\$ 10 bilhões de dólares, e que a saída para este quadro que prejudica a economia interna do Brasil e demais devedores começa a se alterar, principalmente com o lançamento de Plano Brady pelo governo americano, além de outras propostas em estudo, todas visando a redução do estoque

da dívida externa dos países devedores.

AVANÇOS

Sérgio Amaral analisou para os parlamentares os avanços do último acordo da dívida externa, mas admitiu que atualmente as grandes remessas de recursos para o exterior para o pagamento do custo da dívida afetam a capacidade de crescimento do Brasil e prejudica a execução da política monetária. Acentuou que hoje o grande objetivo do Brasil é a redução da transferência de recursos para o exterior.

O chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda lembrou que há dez anos a renda "per capita" da América Latina era a mesma de hoje, o que significa que no espaço de 10 anos os latino-americanos não saíram do lugar. Sérgio Amaral informou que nos próximos dias os ministros da Fazenda da América Latina vão se reunir em Brasília, para se estudar a fórmula de se reduzir a remessa de recursos para o exterior, já que os países devedores não podem continuar como exportadores de capital.

Sérgio Amaral analisou, ainda, o Plano Brady, que para os países devedores recomenda evitar a fuga de capitais, enquanto para os bancos credores sugere que façam a redução da dívida e que não deixem de dar assistência de crédito a esses países com novos empréstimos. O Plano Brady também faz recomendações aos bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, para que reservem recursos para que os países devedores possam comprar dívidas antigas.

O representante do Ministério da Fazenda ponderou que hoje o Brasil é credor de US\$ 9 bilhões de dólares junto a países da América Latina, o que também tem que ser estudado para uma solução, porque a impossibilidade do pagamento deste débito cria um problema de comércio na América Latina e prejudica a integração deste mercado.

Para Sérgio Amaral, hoje estamos perto de uma solução para a dívida externa dos países em desenvolvimento ou de uma deterioração na América Latina sem precedentes.

Por seu lado, o diretor da área externa do Banco Central, Arnim Lore, fez uma exposição sobre a forma de trabalho do Banco Central na administração da dívida externa, garantindo aos parlamentares que todos os contratos de crédito exterior estão registrados naquele órgão, e que os débitos registrados, por lei, obrigatoriamente ingressaram no Brasil.

Vários deputados interpellaram os convidados do encontro, sendo que o deputado Francisco Dornelles, como primeiro interpellante, disse que hoje a grande preocupação é com a retomada do crescimento econômico, já que os países estão vivendo uma guerrilha urbana e rural, com crise de energia, sistema de comunicações e de transportes, enfatizando que não se conseguirá reabilitar os investimentos no Brasil sem uma redução dos pagamentos da dívida externa. Dornelles ponderou que neste ano, se estima que a entrada de recursos externos será de US\$ 3 bilhões de dólares, enquanto as remessas para o exterior podem atingir a US\$ 12 bilhões, o que deixa um saldo negativo para o país dos mais altos.

Francisco Dornelles defendeu a antecipação do Plano Brady através de medidas unilaterais adotadas pelo governo brasileiro, bem como lamentou que os setores energético e de transportes não estejam gozando dos benefícios do último acordo da dívida externa, o que prejudica os investimentos desses setores.

CONVERSÃO

Em resposta, o presidente do Banco Central indicou a política de conversão da dívida externa em investimento no Brasil como uma das alternativas para se incentivar o setor interno, afirmando que este programa permitiu investimentos no ano passado de US\$ 7 bilhões de dólares, o que revela que deu certo.

Já Sérgio Amaral, mostrou que o governo vem se preocupando com esses setores vitais da economia, tanto assim que está negociando tanto a nível do Banco Mundial com o governo japonês empréstimos para o setor elétrico e o setor de transportes, que estão em fase adiantada.

Quanto a projeto de lei apresentado pelo deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) que propõem a suspensão do pagamento dos juros e do principal da dívida externa até a conclusão dos trabalhos da Comissão Mista do Congresso encarregada de estudar a matéria, Sérgio Amaral disse que embora não faça uma declaração formal contrária a uma moratória, acredita que neste momento, nesta fase em que as negociações com a comunidade internacional mostram uma nova fase, principalmente com a redução do estoque da dívida liderando as conversações, acha que seria prejudicial para o Brasil, porque suspenderia todas as conversações de novos empréstimos, inclusive com o governo japonês.